

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.889
Preferenciais	0
Total	68.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2011	Dividendo	13/05/2011	Ordinária		0,99654

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.796.687	1.717.014
1.01	Ativo Circulante	240.555	229.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.188	76.906
1.01.03	Contas a Receber	99.335	91.130
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	99.335	91.130
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	99.335	91.130
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.451	8.828
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.451	8.828
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	9.451	8.828
1.01.07	Despesas Antecipadas	249	130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.332	52.299
1.01.08.03	Outros	52.332	52.299
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	51.962	51.962
1.01.08.03.02	Outros Créditos	370	337
1.02	Ativo Não Circulante	1.556.132	1.487.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	397.188	420.111
1.02.01.03	Contas a Receber	118	120
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	118	120
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	393.000	416.000
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	393.000	416.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.070	3.991
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.070	3.991
1.02.02	Investimentos	1.153.022	1.061.581
1.02.02.01	Participações Societárias	1.153.022	1.061.581
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.151.969	1.060.528
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	5.561	5.676
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.561	5.676
1.02.04	Intangível	361	353
1.02.04.01	Intangíveis	361	353

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.796.687	1.717.014
2.01	Passivo Circulante	169.730	157.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.927	5.468
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.927	5.468
2.01.02	Fornecedores	366	183
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	366	183
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.495	1.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.241	81.436
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	92.241	81.436
2.01.05	Outras Obrigações	69.701	69.617
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	832	835
2.01.05.02	Outros	68.869	68.782
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.650	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13	13
2.01.05.02.05	Outros	206	119
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.02	Outras Obrigações	356.000	356.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	356.000	356.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	356.000	356.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.270.957	1.203.069
2.03.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	744.145	676.257
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.062	59.055
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.393	-5.630
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.916	-3.621
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.405	-1.355
3.04.02.03	Tributárias	-72	-654
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.237	1.196
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	69.218	63.489
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.062	59.055
3.06	Resultado Financeiro	3.826	1.848
3.06.01	Receitas Financeiras	16.544	10.978
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.718	-9.130
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-12.711	-9.139
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida	-7	9
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.888	60.903
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.066
3.08.01	Corrente	0	-1.066
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.888	59.837
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.888	59.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,98550	0,86860

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	67.888	59.837
4.03	Resultado Abrangente do Período	67.888	59.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.498	-3.710
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.475	-64.494
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	244	242
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	4	29
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	-1.505	-1.276
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-69.218	-63.489
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	89	947
6.01.02.01	Contas a Receber	0	12
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-265	0
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-119	13
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-397	-232
6.01.02.05	Outros Créditos	-33	9
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-79	-60
6.01.02.07	Outros Contas a Receber	2	0
6.01.02.08	Fornecedores	183	-519
6.01.02.09	Obrigações Sociais	459	1.298
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	254	846
6.01.02.11	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-3	0
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	87	-420
6.01.03	Outros	67.888	59.837
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	67.888	59.837
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.780	6.215
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-102	-661
6.02.02	Adições ao Intangível	-39	-45
6.02.03	Adiantamentos para Novos Projetos	0	-55
6.02.04	Adições aos Investimentos	-30.000	-20.000
6.02.05	Redução de Capital de Sociedade Controlada	0	15.027
6.02.06	Recebimentos de Dividendos - Exercícios Anteriores	30.921	5.291
6.02.07	Recebimentos de Juros sobre Capital Próprio	0	6.658
6.02.08	Recebimento de Dividendos	4.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.282	2.505
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.906	12.018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	79.188	14.523

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.888	0	67.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.888	0	67.888
5.07	Saldos Finais	549.083	0	653.986	67.888	0	1.270.957

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.04	Retenções	-244	-242
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-244	-242
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-244	-242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.006	75.663
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	69.218	63.489
7.06.02	Receitas Financeiras	16.551	10.978
7.06.03	Outros	2.237	1.196
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.762	75.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.762	75.421
7.08.01	Pessoal	4.752	2.391
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.294	2.165
7.08.01.02	Benefícios	198	123
7.08.01.03	F.G.T.S.	260	103
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	524	1.031
7.08.02.01	Federais	501	1.012
7.08.02.02	Estaduais	8	10
7.08.02.03	Municipais	15	9
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.887	3.021
7.08.03.01	Juros	16	37
7.08.03.03	Outras	1.871	2.984
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.599	68.978
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.711	9.141
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.888	59.837

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.950.840	4.821.477
1.01	Ativo Circulante	1.410.198	1.387.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.237.183	1.168.288
1.01.02	Aplicações Financeiras	51.730	96.875
1.01.03	Contas a Receber	77.319	84.517
1.01.03.01	Clientes	77.228	84.428
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	91	89
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	91	89
1.01.04	Estoques	2.765	2.819
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.639	24.680
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.253	5.702
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.309	4.797
1.01.08.03	Outros	3.309	4.797
1.02	Ativo Não Circulante	3.540.642	3.433.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	118.760	103.052
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.201	301
1.02.01.03	Contas a Receber	145	148
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	145	148
1.02.01.06	Tributos Diferidos	91.598	88.151
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	91.598	88.151
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1	162
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.815	14.290
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.815	14.290
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	50.153	48.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.153	48.114
1.02.04	Intangível	3.370.676	3.281.580
1.02.04.01	Intangíveis	3.370.676	3.281.580

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.950.840	4.821.477
2.01	Passivo Circulante	1.362.809	1.637.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.056	40.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	39.056	40.810
2.01.02	Fornecedores	60.433	71.124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	60.433	71.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	46.306	50.444
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	872.840	1.234.363
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	574.564	938.278
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	574.564	938.278
2.01.04.02	Debêntures	298.276	296.085
2.01.05	Outras Obrigações	276.486	192.093
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	822	816
2.01.05.02	Outros	275.664	191.277
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.650	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	26.488	24.397
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	60.743	59.639
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Seguros	104.558	26.679
2.01.05.02.07	Outros	15.225	11.912
2.01.06	Provisões	67.688	48.464
2.01.06.02	Outras Provisões	67.688	48.464
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	44.910	38.990
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	22.778	9.474
2.02	Passivo Não Circulante	2.430.465	2.097.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.881.635	1.554.179
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	445.367	42.758
2.02.01.02	Debêntures	1.436.268	1.511.421
2.02.02	Outras Obrigações	321.875	325.428
2.02.02.02	Outros	321.875	325.428
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	312.980	316.066
2.02.02.02.04	Receita Diferida	126	501
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.769	8.861
2.02.03	Tributos Diferidos	32.570	28.402
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.570	28.402
2.02.04	Provisões	194.385	189.389
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.488	10.218
2.02.04.02	Outras Provisões	185.897	179.171
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	143.761	124.331
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	42.136	54.840
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.157.566	1.086.781
2.03.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	630.754	559.969
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	559.338	469.543
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-359.152	-290.501
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-216.119	-169.174
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-143.033	-121.327
3.03	Resultado Bruto	200.186	179.042
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.735	-35.314
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.114	-33.776
3.04.01.01	Gerais e Administrativas	-34.946	-30.898
3.04.01.02	Remuneração da Administração	-3.168	-2.878
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.670	1.521
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-291	-3.059
3.04.05.01	Tributárias	-291	-1.025
3.04.05.02	Amortização do Ágio em Investimentos	0	-2.034
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	164.451	143.728
3.06	Resultado Financeiro	-60.665	-48.930
3.06.01	Receitas Financeiras	37.004	10.083
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.669	-59.013
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-97.606	-58.693
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-63	-320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.786	94.798
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.001	-31.517
3.08.01	Corrente	-32.280	-28.890
3.08.02	Diferido	-721	-2.627
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.785	63.281
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.785	63.281
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.477	37.969
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	28.308	25.312
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.785	63.281
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	70.785	63.281
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.477	37.969
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	28.308	25.312

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	292.251	144.237
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	146.219	112.607
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	48.385	37.813
6.01.01.02	Amortização de Ágio em Investimento	0	2.034
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	9.587	254
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	721	2.627
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros sobre Credores	12.298	13.649
6.01.01.06	Receita com Aplicações Vinculadas	-2.688	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	17.594	45.321
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	59.970	0
6.01.01.09	Despesas Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	2.657	1.739
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-1.446	392
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	-859	8.778
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	75.221	-31.651
6.01.02.01	Contas a Receber	7.200	3.529
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-2	0
6.01.02.03	Estoques	54	-405
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.390	-4.188
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-3.352	-660
6.01.02.06	Outros Créditos	1.488	-1.409
6.01.02.07	Cauções Contratuais	0	1
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-525	-107
6.01.02.09	Outras Contas a Receber	3	12
6.01.02.10	Fornecedores	16.381	-13.051
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	6	-69
6.01.02.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	1.156	-331
6.01.02.13	Obrigações Sociais	-1.737	5.708
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	25.962	23.581
6.01.02.15	Receira Diferida	-375	-339
6.01.02.16	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	81.100	1.530
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-29.943	-28.630
6.01.02.18	Credores pela Concessão	-118	0
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-276	0
6.01.02.20	Pagamento de Juros Federais	-18.411	-16.823
6.01.03	Outros	70.811	63.281
6.01.03.01	Outros Passivos	26	0
6.01.03.02	Lucro Líquido do Exercício	70.785	63.281
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.789	-113.558
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-4.156	-7.171
6.02.02	Adições ao Intangível	-143.959	-106.174
6.02.03	Adiantamento para Novos Projetos	0	-55
6.02.04	Aplicação Financeira Vinculada	-84.596	-158
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	119.922	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-110.567	-11.274

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.03.01	Captações	43.342	70.082
6.03.02	Pagamentos	-5.025	-67.761
6.03.03	Pagamentos Juros	-1.789	0
6.03.04	Pagamento de Debêntures Principal	-60.752	0
6.03.05	Pagamento de Debêntures Juros	-72.180	0
6.03.06	Pagamento de Credores pela Concessão	-14.163	-13.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	68.895	19.405
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.168.288	442.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.237.183	461.597

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.785	0	70.785	0	70.785
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.785	0	70.785	0	70.785
5.07	Saldos Finais	549.083	0	537.698	70.785	0	1.157.566	0	1.157.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	601.596	504.238
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	434.337	366.557
7.01.02	Outras Receitas	167.259	137.681
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	143.033	121.327
7.01.02.02	Outras	24.226	16.354
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-291.878	-244.814
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.453	-18.714
7.02.04	Outros	-273.425	-226.100
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-46.253	-44.792
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-143.033	-121.327
7.02.04.03	Custo da Concessão	-32.244	-31.711
7.02.04.04	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-49.372	-25.212
7.02.04.05	Outros	-2.523	-3.058
7.03	Valor Adicionado Bruto	309.718	259.424
7.04	Retenções	-48.385	-39.847
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.385	-39.847
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	261.333	219.577
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.091	14.792
7.06.02	Receitas Financeiras	37.004	10.083
7.06.03	Outros	7.087	4.709
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	2.684	826
7.06.03.02	Outros	4.403	3.883
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.424	234.369
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.424	234.369
7.08.01	Pessoal	57.411	44.274
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.709	35.041
7.08.01.02	Benefícios	10.608	6.751
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.094	2.482
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	83.360	72.969
7.08.02.01	Federais	58.776	52.784
7.08.02.02	Estaduais	164	167
7.08.02.03	Municipais	24.420	20.018
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	91.738	52.381
7.08.03.01	Juros	80.095	41.452
7.08.03.02	Aluguéis	2.717	2.705
7.08.03.03	Outras	8.926	8.224
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	3.442	2.413
7.08.03.03.02	Outras	5.484	5.811
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.793	63.281
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	70.793	63.281
7.08.05	Outros	2.122	1.464
7.08.05.01	Juros Capitalizados	2.122	1.464

160,9 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+18,9%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 559,3 MILHÕES (+19,1%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 251,2 MILHÕES (+23,8%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 70,8 MILHÕES (+11,9%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Segunda-feira (16/05/2011)
11:00 (São Paulo)
10:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: OHL
Replay: Entre 16/05 e 22/05
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 2242686

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link

<http://webcall.riweb.com.br/ohlbrasil>

e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

EM INGLÊS

Quarta-feira (25/05/2011)
Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

São Paulo, 13 de maio de 2011 – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. – OHL Brasil (Novo Mercado da BM&FBovespa: OHLB3) anuncia seu resultado do primeiro trimestre de 2011, período encerrado em 31 de março de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DESTAQUES 1T11

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais, apresentou, respectivamente, crescimentos de 20,3% e 18,5% no 1T11 em relação ao 1T10. Os principais fatores que influenciaram o aumento do tráfego foram: (i) o desempenho da economia brasileira no período; (ii) a abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), na rodovia Fernão Dias, em setembro de 2010; e (iii) a implementação da cobrança bidirecional nas praças de pedágio da concessionária Centrovias, localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Itirapina e Rio Claro, nos meses de julho e novembro de 2010.
- **Receita Líquida:** Crescimento de 19,1% da receita líquida, atingindo R\$ 559,3 milhões no 1T11, em comparação aos R\$ 469,5 milhões no 1T10, como reflexo do aumento do tráfego registrado em função da abertura da nova praça de pedágio na rodovia Fernão Dias, da implantação da cobrança bidirecional nas quatro praças de pedágio da concessionária Centrovias e, principalmente, do reajuste das tarifas praticadas pelas concessionárias Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Fluminense e Litoral Sul. A receita de obras também registrou alta de R\$ 21,7 milhões, com efeito nulo no resultado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC01.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA atingiu R\$ 212,8 milhões no 1T11, 15,9% superior ao obtido no 1T10, que foi de R\$ 183,6 milhões. A margem EBITDA foi de 38,1% no 1T11. O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu R\$ 251,2 milhões (+23,8%) e margem de 44,9%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 70,8 milhões, 11,9% superior ao registrado no 1T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão em 31/03/2011, com aumento de 7,3% frente ao 1T10 e redução de 4,6% frente ao 4T10. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram investidos R\$ 148,1 milhões em ativos intangíveis e imobilizado no 1T11, sendo que parte significativa desses recursos (R\$ 137,5 milhões) foi aplicada nos projetos das concessionárias federais.
- **Dividendos:** A AGO/E realizada em 26/04/2011 aprovou a distribuição de R\$ 68,7 milhões (R\$0,9965407 por ação), com pagamento no dia 13/05/2011. Desde 27/04/11, as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendo”.

BM&FBovespa: OHLB3
Bloomberg: OHLB3 BZ
Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 10/05/2011
Preço Fech.: R\$ 66,80 por ação
Valor de Mercado: R\$ 4,6 bilhões



Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECETA OPERACIONAL BRUTA	601.596	627.534	504.169	-4,1%	19,3%
Receitas de pedágio	434.400	443.856	366.141	-2,1%	18,6%
Estaduais	237.332	256.730	214.485	-7,6%	10,7%
Autovias	59.337	64.148	53.837	-7,5%	10,2%
Centrovias	59.521	63.775	54.024	-6,7%	10,2%
Intervias	65.239	71.326	59.279	-8,5%	10,1%
Vianorte	53.235	57.481	47.345	-7,4%	12,4%
Federais	197.068	187.126	151.656	5,3%	29,9%
Planalto Sul	21.992	20.393	18.078	7,8%	21,7%
Fluminense	31.509	31.709	26.825	-0,6%	17,5%
Fernão Dias	47.364	42.904	28.049	10,4%	68,9%
Régis Bittencourt	59.213	54.761	48.037	8,1%	23,3%
Litoral Sul	36.990	37.359	30.667	-1,0%	20,6%
Outras receitas	24.163	25.093	16.701	-3,7%	44,7%
Receitas de obras	143.033	158.585	121.327	-9,8%	17,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(42.258)	(42.985)	(34.626)	-1,7%	22,0%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
CUSTOS E DESPESAS	(346.502)	(374.992)	(285.968)	-7,6%	21,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(121.661)	(124.713)	(109.098)	-2,4%	11,5%
Custo dos serv. de construção	(143.033)	(158.585)	(121.327)	-9,8%	17,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(31.649)	(31.950)	(27.944)	-0,9%	13,3%
Remuneração da administração	(3.168)	(3.738)	(2.878)	-15,2%	10,1%
Despesas tributárias	(291)	(289)	(1.025)	0,7%	-71,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(49.371)	(57.581)	(25.217)	-14,3%	95,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.670	1.865	1.521	43,2%	75,5%
EBITDA	212.836	209.558	183.575	1,6%	15,9%
Margem EBITDA	38,1%	35,8%	39,1%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(48.385)	(49.539)	(39.847)	-2,3%	21,4%
Depreciações e amortizações	(48.385)	(49.539)	(37.813)	-2,3%	28,0%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%
Receitas financeiras	37.004	30.680	10.083	20,6%	267,0%
Despesas financeiras	(97.606)	(91.767)	(58.693)	6,4%	66,3%
Variação cambial, líq.	(63)	-	(320)	-	-80,3%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	103.786	98.932	94.798	4,9%	9,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.001)	(20.888)	(31.517)	58,0%	4,7%
Corrente	(32.280)	(39.656)	(28.890)	-18,6%	11,7%
Diferido	(721)	18.768	(2.627)	-103,8%	-72,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	70.785	78.044	63.281	-9,3%	11,9%

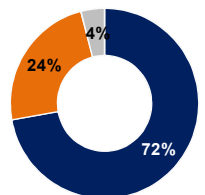
Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

No primeiro trimestre de 2011, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 601,6 milhões, apresentando crescimento de 19,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$ 434,4 milhões, R\$ 143,0 milhões e R\$ 24,2 milhões.

Composição da Receita Bruta (%)



■ Pedágio ■ Obras ■ Outras

Receita de Pedágio

As concessionárias estaduais foram responsáveis por 54,6% da arrecadação de pedágios, encerrando o 1T11 com R\$ 237,3 milhões (+10,7%). Já as concessionárias federais registraram no 1T11 arrecadação de R\$ 197,1 milhões (+29,9%), R\$ 45,4 milhões acima do montante arrecadado em 1T10. As principais razões que levaram ao aumento da receita de pedágio foram: (i) a abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), localizada na rodovia Fernão Dias, que responde por aproximadamente 21,3%¹ de todo o tráfego pedagiado da concessionária; (ii) os reajustes das tarifas básicas praticadas pelas concessionárias Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Fluminense e Litoral Sul; e o crescimento do tráfego pedagiado na concessionária Centrovias, reflexo da implantação da cobrança bidirecional nas praças de pedágio localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Itirapina e Rio Claro. A receita de pedágio consolidada cresceu 18,6% no 1T11 em comparação ao 1T10.

Tráfego Pedagiado: No período, o tráfego pedagiado totalizou 160.881 mil veículos equivalentes, 18,9% superior quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Veículos Equivalentes	1T11	4T10	1T10	Var%	
				1T11/4T10	1T11/1T10
Estaduais	42.004.545	43.368.736	34.922.349	-3,1%	20,3%
Autovias	9.949.949	10.804.999	9.369.499	-7,9%	6,2%
Centrovias	11.064.688	9.740.527	5.903.316	13,6%	87,4%
Intervias	13.367.517	14.627.675	12.615.450	-8,6%	6,0%
Vianorte	7.622.391	8.195.535	7.034.084	-7,0%	8,4%
Federais	118.876.822	124.803.543	100.353.676	-4,7%	18,5%
Planalto Sul	7.094.193	6.969.184	6.233.449	1,8%	13,8%
Fluminense	11.549.643	12.195.769	10.462.909	-5,3%	10,4%
Fernão Dias	36.433.486	37.998.784	25.499.092	-4,1%	42,9%
Régis Bittencourt	34.831.167	36.507.333	32.024.667	-4,6%	8,8%
Litoral Sul	28.968.333	31.132.473	26.133.559	-7,0%	10,8%
Total	160.881.367	168.172.279	135.276.025	-4,3%	18,9%

¹ Média de veículos equivalentes registrados na Praça de Pedágio de Mairiporã (P1) entre os meses de outubro de 2010 a março de 2011.

Comentário do Desempenho

Conforme mencionado anteriormente, o crescimento de 18,9% do tráfego pedagiado reflete, principalmente, o desempenho da economia brasileira, bem como o início de cobrança na praça de pedágio de Mairiporã (SP), no mês de setembro de 2010, e a implantação da cobrança de pedágio nos dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 1T11 foi de 60,1% de veículos pesados e 39,9% veículos leves nas concessões estaduais; e 72,6% de veículos pesados e 27,4% veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue abaixo evolução das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais e federais:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T11	4T10	1T10	Var%	
				1T11/4T10	1T11/1T10
Estaduais	5,65	5,92	6,14	-4,6%	-8,0%
Autovias	5,96	5,94	5,75	0,4%	3,8%
Centrovias	5,38	6,55	9,15	-17,8%	-41,2%
Intervias	4,88	4,88	4,70	0,1%	3,9%
Vianorte	6,98	7,01	6,73	-0,4%	3,8%
Federais	1,66	1,50	1,51	10,6%	9,7%
Planalto Sul	3,10	2,93	2,90	5,9%	6,9%
Fluminense	2,73	2,60	2,56	4,9%	6,4%
Fernão Dias	1,30	1,13	1,10	15,1%	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,50	1,50	13,3%	13,3%
Litoral Sul	1,28	1,20	1,17	6,4%	8,8%
Total	2,70	2,64	2,71	2,3%	-0,2%

De acordo com os critérios definidos nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), no caso das concessionárias estaduais, e na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso das concessionárias federais.

Nos meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, as tarifas praticadas pelas concessionárias federais foram reajustadas de acordo com (i) o critério de arredondamento da primeira casa decimal; e (ii) a variação do IPCA acumulada nos 12 meses anteriores aos reajustes. Também foram considerados reequilíbrios contratuais oriundos da revisão do cronograma de investimentos previstos nos contratos de concessão.

O reflexo desse reajuste elevou a tarifa média geral praticada pelas concessionárias federais, que passou de R\$ 1,51 para R\$ 1,66 (+9,7%).

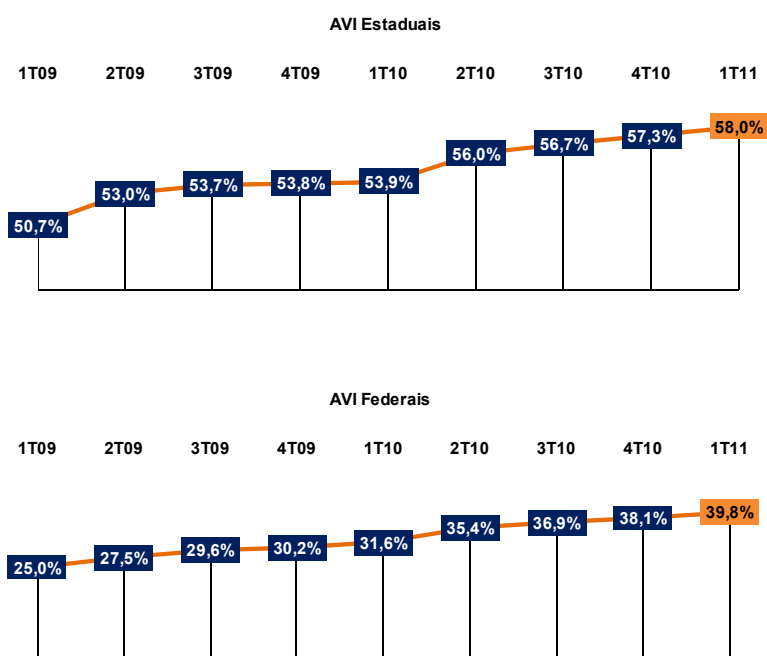
Abaixo segue quadro com detalhamento das tarifas básicas praticadas antes e depois do reajuste:

Rodovias	Concessionárias	Tarifa Básica s/ Reajuste	Tarifa Básica c/ Reajuste	Data do Reajuste
BR-116/PR/SC	Autopista Planalto Sul	R\$ 2,70	R\$ 3,10	19/12/10
BR-381/MG/SP	Autopista Fernão Dias	R\$ 1,10	R\$ 1,30	19/12/10
BR-116/SP/PR	Autopista Régis Bittencourt	R\$ 1,50	R\$ 1,70	29/12/10
BR-101/RJ	Autopista Fluminense	R\$ 2,60	R\$ 2,80	02/02/11
BR-116/PR, BR 376/PR, BR-101/SC	Autopista Litoral Sul	R\$ 1,20	R\$ 1,40	22/02/11

Comentário do Desempenho

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Entretanto, cabe ressaltar que apesar do reajuste, a tarifa média praticada pela concessionária Centrovias no 1T11 apresentou redução de 41,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução foi ocasionada pela mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada.

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 58,0% no 1T11, contra 53,9% no trimestre anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 39,8% contra 31,6% no 1T10. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2009:



Receita de Obras

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Comentário do Desempenho

No 1T11, a receita de obras cresceu R\$ 21,7 milhões (+17,9%) em relação ao 1T10, sendo que 92,1% das obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL, cresceram 44,7% no 1T11 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As concessionárias obtiveram R\$ 3,1 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das concessionárias de rodovias, com crescimento de 30,5% frente ao 1T10. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$ 21,1 milhões, sendo 47,0% maior que no 1T10.

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS E DEDUÇÕES DA RECEITA

No 1T11, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 559,3 milhões, apresentando crescimento de 19,1% em comparação ao 1T10. As deduções somaram R\$ 42,3 milhões, representando um aumento de 22,0% frente ao 1T10. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 212,8 milhões no 1T11, apresentando crescimento de 15,9% em relação ao 1T10. O aumento de R\$ 29,3 milhões reflete o crescimento de R\$ 89,8 milhões (+19,1%) na receita líquida da Companhia e o aumento dos custos e despesas no período.

Em relação aos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização), que cresceram R\$ 60,5 milhões (+21,2%) no 1T11 frente ao 1T10, destacamos os seguintes aspectos:

- Aumento de R\$ 21,7 milhões na rubrica “Custos dos serviços de construção”;
- Aumento de R\$ 24,1 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores; e
- Aumento dos custos com “Pessoal” e “Serviços de Terceiros”, no montante total de R\$ 20,7 milhões, face (i) ao aumento no quadro de funcionários; (ii) ao dissídio de 5,0% sobre a folha de pagamentos; e (iii) aos reajustes contratuais de serviços prestados por terceiros.

Comentário do Desempenho

Informações Adicionais: Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o “Custo dos Serviços de Construção”, em contrapartida à “Receita de Obras”, já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a “Provisão para Manutenção em Rodovias”, que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros.

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de novas práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 251,2 milhões no 1T11, indicando o crescimento de 23,8% quando comparado ao 1T10. Como reflexo, a margem cresceu 1,7 ponto percentual.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(346.502)	(374.992)	(285.968)	-7,6%	21,2%
EBITDA ¹	212.836	209.558	183.575	1,6%	15,9%
Margem EBITDA	38,1%	35,8%	39,1%		
(+) Provisão para manutenção de rodovias	49.371	57.581	25.217	-14,3%	95,8%
(+) Ajustes de consolidação	(11.050)	(11.670)	(5.856)	-5,3%	88,7%
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	251.157	255.469	202.936	-1,7%	23,8%
Margem EBITDA	44,9%	43,7%	43,2%		

- 1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
- 2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), e retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida de Serviços	Custos e Despesas ¹	EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
Autovias	54.963	(21.047)	33.916	8.397	42.313	77,0%
Centrovias	57.252	(23.361)	33.891	7.647	41.538	72,6%
Intervias	66.019	(33.926)	32.093	14.579	46.672	70,7%
Vianorte	51.938	(26.053)	25.885	11.305	37.190	71,6%
Estaduais	230.172	(104.387)	125.785	41.928	167.713	72,9%
Planalto Sul	33.937	(26.152)	7.785	1.048	8.833	26,0%
Fluminense	44.984	(31.813)	13.171	1.107	14.278	31,7%
Fernão Dias	76.807	(60.967)	15.840	1.956	17.796	23,2%
Régis Bittencourt	96.515	(64.575)	31.940	1.752	33.692	34,9%
Litoral Sul	59.229	(46.059)	13.170	1.580	14.750	24,9%
Federais	311.472	(229.566)	81.906	7.443	89.349	28,7%
Total Concessionárias	541.644	(333.953)	207.691	49.371	257.062	47,5%
OHL Holding e outras sociedades	17.694	(12.549)	5.145	-	5.145	
Total	559.338	(346.502)	212.836	49.371	262.207	46,9%
Ajustes de consolidação ²	-	-	-	-	(11.050)	
Total Consolidado	559.338	(346.502)	212.836	49.371	251.157	44,9%

¹ Exclui depreciação e amortização.

² Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

Comentário do Desempenho

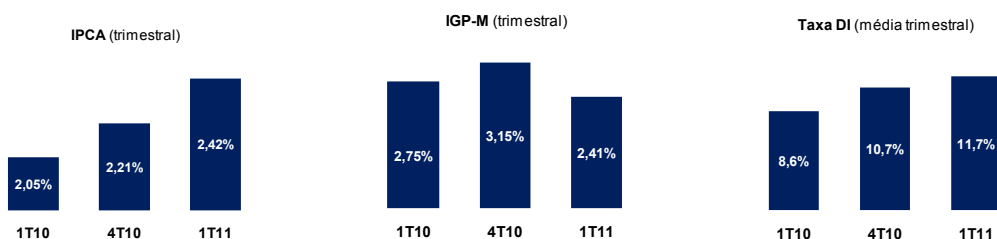
RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Receitas Financeiras	37.004	30.680	10.083	20,6%	267,0%
Despesas Financeiras	(97.606)	(91.767)	(58.693)	6,4%	66,3%
Encargos financeiros	(80.220)	(72.106)	(40.656)	11,3%	97,3%
Atualização monetária do ônus fixo	(12.298)	(14.957)	(13.625)	-17,8%	-9,7%
Outras despesas	(5.088)	(4.704)	(4.412)	8,2%	15,3%
<i>Varição Cambial Líquida</i>	(63)	-	(320)	-	-80,3%
Resultado Financeiro Líquido	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%

Em comparação ao 4T10, o resultado financeiro líquido negativo do 1T11 apresentou redução de R\$ 422 mil. O efeito foi provocado basicamente pela variação dos indexadores da dívida e das aplicações financeiras.

Em relação ao 1T10, o resultado financeiro líquido negativo aumentou 24%, passando de R\$ 48,9 milhões para R\$ 60,7 milhões. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

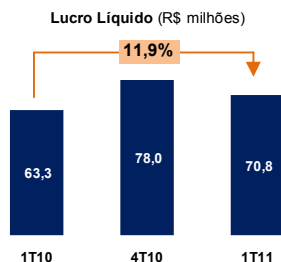
- Aumento de R\$ 39,6 milhões nos encargos financeiros gerado (i) pelas emissões de debêntures, realizadas pelas concessionárias estaduais; (ii) pelas liberações de créditos oriundos das linhas de financiamento do BNDES, destinadas aos investimentos previstos no contrato de concessão das federais; e (iii) efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente);
- Redução de R\$ 1,3 milhão na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pela redução do IGP-M no 1T11 quando comparado ao 1T10; e
- Aumento de R\$ 26,9 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento dos juros básico da economia e ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.



LUCRO LÍQUIDO

No 1T11, o lucro líquido consolidado cresceu 11,9% em relação ao 1T10. Conforme já mencionado, os principais fatores que ocasionaram o crescimento foram: (i) entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais; (ii) reajustes tarifários contratuais; e (iii) início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias.

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

No 1T11, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,5 bilhão, apresentando redução de R\$ 69,7 milhões (-4,6%) em relação ao quarto trimestre de 2010.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Dívida Bruta	2.754.475	2.788.542	1.821.513	-1,2%	51,2%
Curto Prazo	872.840	1.234.363	1.784.227	-29,3%	-51,1%
Longo Prazo	1.881.635	1.554.179	37.286	21,1%	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.237.183	1.168.288	461.597		
Aplicações financeiras vinculadas ¹	63.931	97.176	5.456		
Dívida Líquida	1.453.361	1.523.078	1.354.460	-4,6%	7,3%

¹ Curto e longo prazos

A redução de R\$ 69,7 milhões foi ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 25,8 milhões em razão dos desembolsos, ocorridos em janeiro de 2011, relativos ao empréstimo longo prazo concedidos pelo BNDES para os investimentos previstos no contrato das Concessionárias Federais;
- Redução de R\$ 60,8 milhões referente à quitação da primeira parcela relativa à 1ª Emissão de Debêntures nas Concessionárias Estaduais (1ª série);
- Aumento de R\$ 35,7 milhões nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) e aplicações financeiras vinculadas do período; e
- Aumento de R\$ 1 milhão em função de juros apropriados e outras movimentações de juros e principal.

Empréstimos BNDES: Para financiar os programas de investimentos das cinco concessionárias federais, a Companhia assinou, em meados de 2009, cinco contratos de empréstimos ponte, no montante total de R\$ 1 bilhão, de forma a permitir a continuidade dos investimentos até a assinatura dos contratos de longo prazo. Em 31 de março de 2011, dois desses contratos de empréstimos ponte, relativos às concessionárias Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul, foram substituídos por financiamentos de longo prazo. A seguir as condições aprovadas:

Comentário do Desempenho

Autopista Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR)

Motante Total: R\$ 1.069.495.000,00

Crédito A: R\$ 446.395.000,00

- Prazo de Amortização: 144 meses
- Carência: 12 meses
- Custo: TJLP + 2,21% ao ano

Crédito B: R\$ 623.100.000,00

- Prazo de Amortização: 126 meses
- Carência: até 15 de junho de 2014
- Custo: TJLP + 2,21% ao ano

Autopista Planalto Sul (BR-116/PR/SC)

Motante Total: R\$ 331.344.000,00

Crédito A: R\$ 184.057.000,00

- Prazo de Amortização: 144 meses
- Carência: 18 meses
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

Crédito B: R\$ 90.007.000,00

- Prazo de Amortização: 138 meses
- Carência: até 15 de junho de 2014
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

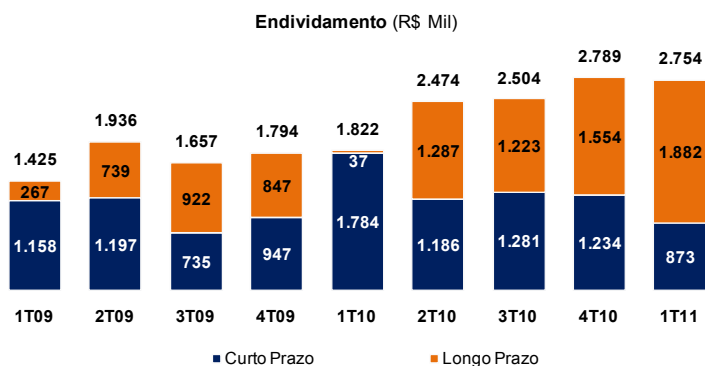
Crédito C: R\$ 57.280.000,00

- Prazo de Amortização: 120 meses
- Carência: até 15 de dezembro de 2015
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

Foram desembolsados R\$ 955,4 milhões até 31 de março de 2011, sendo R\$ 541,1 milhões relativos aos empréstimos ponte, concedidos às concessionárias Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul e Autopista Fernão Dias, e R\$ 414,3 milhões relativos aos empréstimos de longo prazo, concedidos às concessionárias Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul.

Os financiamentos de longo prazo entre o BNDES e as concessionárias Autopista Fernão Dias, Autopista Litoral Sul e Autopista Fluminense encontram-se em fase de análise pelo BNDES.

Segue abaixo evolução do endividamento da Companhia de curto e longo prazos.

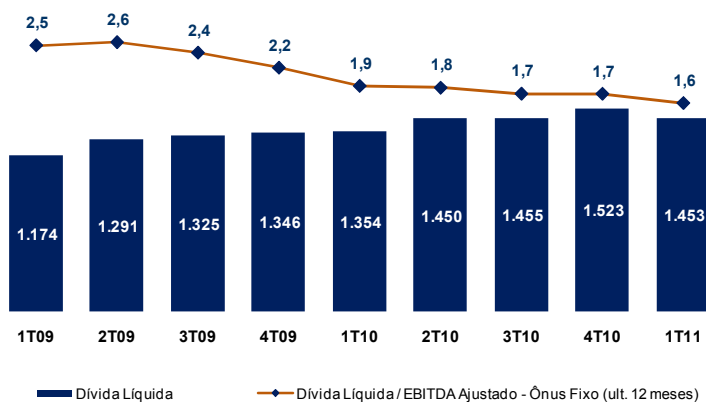


Comentário do Desempenho

Em 31 de março de 2011, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) da Companhia totalizava R\$ 2,8 bilhões, sendo que deste montante 36,3% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 50,5% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,2% a contratos atrelados ao IPCA.

Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Indexador					
TJLP	1.001.055	961.874	855.216	4,1%	17,1%
CDI	1.401.861	1.463.260	966.297	-4,2%	45,1%
IPCA	363.073	376.023	-	-3,4%	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(11.514)</i>	<i>(12.615)</i>	-	-8,7%	-
Total	2.754.475	2.788.542	1.821.513	-1,2%	51,2%

A dívida líquida ao final do 1T11 era de R\$ 1,5 bilhão, representando 1,6 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o ônus fixo nos 12 últimos meses.



Em 31 de março de 2011, 76,3% do endividamento de longo prazo era composto por debêntures. A seguir cronograma de amortização das debêntures da Companhia:

1T11	R\$ Mil
2012	250.846
2013	335.109
2014	335.819
2015	278.391
2016	117.983
2017	118.120
Total	1.436.268

ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T11, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 14,2 milhões a título de ônus fixo.

Comentário do Desempenho

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Total	(14.163)	(14.164)	(13.595)	0,0%	4,2%
Autovias	(1.491)	(1.492)	(1.431)	-0,1%	4,2%
Centrovias	(2.231)	(2.231)	(2.142)	0,0%	4,2%
Intervias	(1.389)	(1.389)	(1.333)	0,0%	4,2%
Vianorte	(9.052)	(9.052)	(8.689)	0,0%	4,2%

Em 31 de março de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.360	41.651	48.011	89
Centrovias	9.515	59.885	69.400	86
Intervias	5.921	47.344	53.265	106
Vianorte	38.601	233.103	271.704	83
Total	60.397	381.983	442.380	

INVESTIMENTOS

As empresas do grupo OHL Brasil investiram cerca de R\$ 148,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis no 1T11. Parcela significativa desse montante (92,8%) foi destinada aos projetos das concessionárias federais. Dentre os investimentos realizados pelas concessionárias federais (R\$ 137,5 milhões) destacam-se:

- Execução de passarelas e implantação do contorno de Betim e recuperação de pavimento nos trechos de Oliveira (MG) e Mairiporã (SP) – Rod. Fernão Dias (BR-381);
- Duplicação da Serra do Cafezal (km 336,7 – km 367,2), implantação de passarelas, programas de gerenciamento de áreas preservadas, licenciamento ambiental, reforço e alargamento de pontes, melhoria de acessos e do sistema de drenagem, pavimentação, recuperação de estruturas de contenção, proteção e segurança – Rod. Régis Bittencourt (BR-116); e
- Obras no viaduto de acesso ao Distrito Industrial do Campo Largo da Roseira; ampliação da Ponte Bela Cruz, implantação de marginais e recuperação de pavimentos – Rod. Governador Mário Covas (BR-101).

Nas concessionárias estaduais, os principais investimentos em ativos intangíveis foram:

- Realização de obras de revitalização, recuperação de estruturas metálicas, pavimentação e sinalização das rodovias SP-225 e SP-310;
- Implantação de passarela na rodovia SP-330 (km 187); e
- Remodelação do dispositivo de acesso à cidade de São Joaquim da Barra na rodovia SP-330.

A seguir quadro detalhado dos investimentos realizados por concessionária.

Comentário do Desempenho

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T11			1T10		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	5.967	286	5.681	5.140	1.580	3.560
Centrovias	6.451	3.632	2.819	10.240	7.582	2.658
Intervias	16.748	1.868	14.880	6.042	2.963	3.079
Vianorte	8.542	1.896	6.646	9.990	3.245	6.745
Estaduais	37.708	7.682	30.026	31.412	15.370	16.042
Planalto Sul	18.717	18.717	-	13.035	13.035	-
Fluminense	19.115	19.115	-	9.301	9.301	-
Fernão Dias	34.164	34.164	-	26.473	26.473	-
Régis Bittencourt	39.883	39.883	-	27.693	27.693	-
Litoral Sul	25.641	25.641	-	15.192	15.192	-
Federais	137.520	137.520	-	91.694	91.694	-
Total	175.228	145.202	30.026	123.106	107.064	16.042
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.913	2.913	-	6.281	6.281	-
Total	178.141	148.115	30.026	129.387	113.345	16.042

Adicionalmente, foram pagos R\$ 30,0 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias estaduais, em estágio mais avançado de maturação dos investimentos.

Informações Adicionais: com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

QUADRO DE PESSOAL

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas.

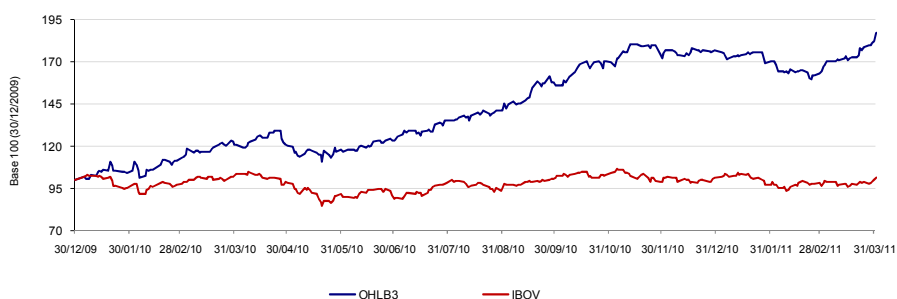
Quadro de Pessoal	31/03/11	31/03/10	Var.
OHL (Holding)	105	103	2
<i>Concessionárias Estaduais</i>	<i>1.297</i>	<i>1.302</i>	<i>(5)</i>
Autovias	191	193	(2)
Centrovias	326	328	(2)
Intervias	544	542	2
Vianorte	236	239	(3)
<i>Concessionárias Federais</i>	<i>2.070</i>	<i>2.031</i>	<i>39</i>
Litoral Sul	308	302	6
Planalto Sul	157	152	5
Fluminense	232	234	(2)
Fernão Dias	830	809	21
Régis Bittencourt	543	534	9
Paulista	213	203	10
Latina Manutenção	1.698	1.491	207
Latina Sinalização	179	176	3
Total	5.562	5.306	256

Comentário do Desempenho

MERCADO DE CAPITAIS

O valor de mercado da OHL Brasil totalizou R\$ 4,3 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 61,90 por ação em 31/03/2011. Esse preço corresponde a valorização de 3,2% em relação ao preço de fechamento do trimestre anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 1,04%.

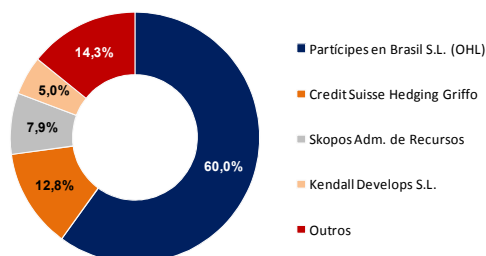
As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.



Média Diária	1T11	4T10	1T10	1T11/4T10	1T11/1T10
Nº de Negócios	241	224	214	7,7%	13,0%
Nº de Ações Negociadas	105.290	100.813	154.802	4,4%	-32,0%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	6,08	5,86	5,76	3,8%	5,5%

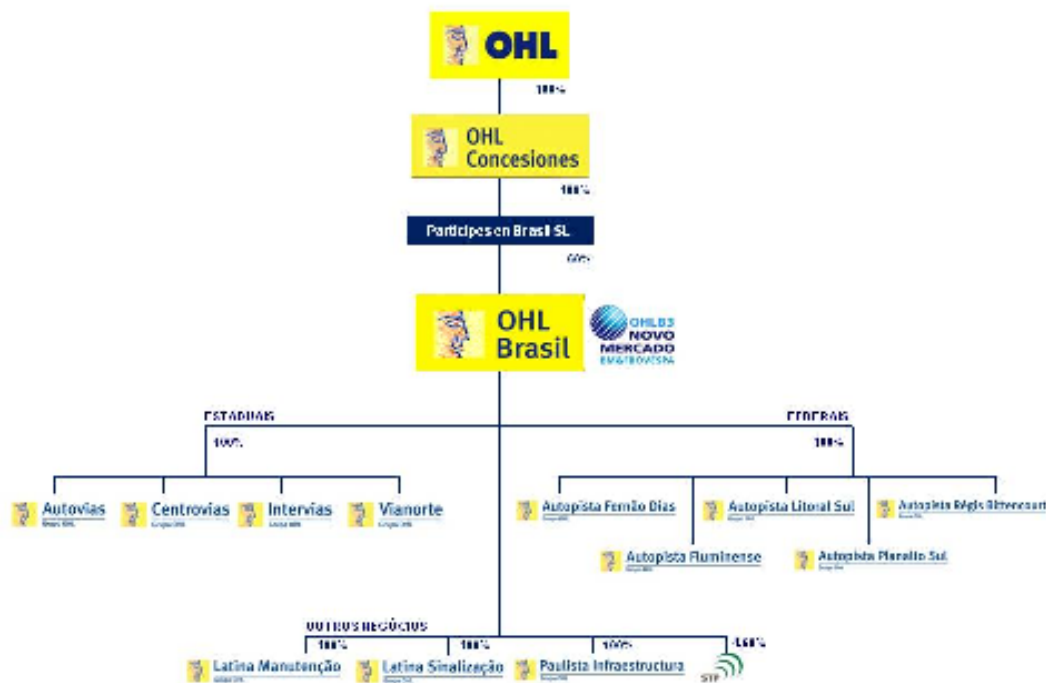
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 31 de março de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



Comentário do Desempenho

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	ago-18	ago-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun-18	jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev-20	jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar-18	mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	382,3	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fluminense	412,7	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fernão Dias	320,1	8	n.a.	fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	562,1	6	n.a.	fev-33	IPCA
Litoral Sul	401,6	5	n.a.	fev-33	IPCA

n.a. - não aplicável

Comentário do Desempenho

QUEM SOMOS

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Comentário do Desempenho**ANEXO 1****BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
	31/03/11	31/12/10	31/03/10
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.237.183	1.168.288	461.597
Contas a receber	77.228	84.428	60.612
Contas a receber - partes relacionadas	91	89	87
Estoques	2.765	2.819	2.684
Despesas antecipadas	9.253	5.702	10.979
Impostos a recuperar	28.639	24.680	14.256
Adiantamentos para novos projetos	-	-	311
Aplicações financeiras vinculadas	51.730	96.875	-
Outros créditos	3.309	4.797	4.386
Total do ativo circulante	1.410.198	1.387.678	554.912
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	12.201	301	5.456
Cauções contratuais	97	97	97
Impostos a recuperar	-	-	1.653
Despesas antecipadas	1	162	481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.598	88.151	59.996
Depósitos judiciais	14.815	14.290	10.767
Outras contas a receber	48	51	60
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	50.153	48.114	32.202
Intangível	3.370.676	3.281.580	2.909.345
Total do ativo não circulante	3.540.642	3.433.799	3.021.110
TOTAL DO ATIVO	4.950.840	4.821.477	3.576.022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	574.564	938.278	1.784.227
Debêntures	298.276	296.085	-
Fornecedores	60.433	71.124	60.065
Obrigações sociais	39.056	40.810	39.066
Obrigações fiscais	46.306	50.444	44.203
Contar a pagar - partes relacionadas	822	816	826
Cauções contratuais	26.488	24.397	20.080
Dividendos propostos	68.650	68.650	41.866
Credores pela concessão	60.743	59.639	55.594
Provisão para manutenção em rodovias	44.910	38.990	61.462
Provisão para investimentos em rodovias	22.778	9.474	6.337
Adiantamento seguros	104.558	24.650	-
Outras contas a pagar	15.225	13.941	12.485
Total do circulante	1.362.809	1.637.298	2.126.211
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	445.367	42.758	37.286
Debêntures	1.436.268	1.511.421	-
Credores pela concessão	312.980	316.066	320.230
Receita diferida	126	501	113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.570	28.402	18.858
Provisão para manutenção em rodovias	143.761	124.331	89.693
Provisão para investimentos em rodovias	42.136	54.840	59.637
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	8.488	10.218	7.760
Outras contas a pagar	8.769	8.861	2.244
Total do exigível a longo prazo	2.430.465	2.097.398	535.821
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	549.083	549.083
Reserva legal	41.093	41.093	26.640
Reserva de lucros	589.661	518.876	360.538
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.157.566	1.086.781	913.990
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.950.840	4.821.477	3.576.022

Comentário do Desempenho

ANEXO 2DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	601.596	627.534	504.169	-4,1%	19,3%
Receitas de pedágio	434.400	443.856	366.141	-2,1%	18,6%
Estaduais	237.332	256.730	214.485	-7,6%	10,7%
Autovias	59.337	64.148	53.837	-7,5%	10,2%
Centrovias	59.521	63.775	54.024	-6,7%	10,2%
Intervias	65.239	71.326	59.279	-8,5%	10,1%
Vianorte	53.235	57.481	47.345	-7,4%	12,4%
Federais	197.068	187.126	151.656	5,3%	29,9%
Planalto Sul	21.992	20.393	18.078	7,8%	21,7%
Fluminense	31.509	31.709	26.825	-0,6%	17,5%
Fernão Dias	47.364	42.904	28.049	10,4%	68,9%
Régis Bittencourt	59.213	54.761	48.037	8,1%	23,3%
Litoral Sul	36.990	37.359	30.667	-1,0%	20,6%
Outras receitas	24.163	25.093	16.701	-3,7%	44,7%
Receitas de obras	143.033	158.585	121.327	-9,8%	17,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(42.258)	(42.985)	(34.626)	-1,7%	22,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(359.152)	(385.582)	(290.501)	-6,9%	23,6%
LUCRO BRUTO	200.186	198.967	179.042	0,6%	11,8%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(35.735)	(38.949)	(35.314)	-8,3%	1,2%
Gerais e administrativas	(34.946)	(36.786)	(30.898)	-5,0%	13,1%
Remuneração da administração	(3.168)	(3.738)	(2.878)	-15,2%	10,1%
Despesas tributárias	(291)	(289)	(1.025)	0,7%	-71,6%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.670	1.865	1.521	43,2%	75,5%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	103.786	98.932	94.798	4,9%	9,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.001)	(20.888)	(31.517)	58,0%	4,7%
Corrente	(32.280)	(39.656)	(28.890)	-18,6%	11,7%
Diferido	(721)	18.768	(2.627)	-103,8%	-72,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	70.785	78.044	63.281	-9,3%	11,9%

Comentário do Desempenho**ANEXO 3****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/11	31/03/10
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	70.785	63.281
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	48.385	37.813
Amortização de ágio em investimentos	-	2.034
Baixas de ativos imobilizados	9.587	254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	721	2.627
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	12.298	13.649
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.688)	-
Juros e variações monetárias de empréstimos	17.594	45.321
Juros e variações monetárias de debêntures	59.970	-
Despesas financeira AVP	2.657	1.739
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e	(1.446)	392
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	(859)	8.778
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	7.200	3.529
Contas a receber - partes relacionadas	(2)	-
Estoques	54	(405)
Despesas antecipadas	(3.390)	(4.188)
Impostos a recuperar	(3.352)	(660)
Outros créditos	1.488	(1.409)
Cauções contratuais	-	1
Depósitos judiciais	(525)	(107)
Outras contas a receber	3	12
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	16.381	(13.120)
Fornecedores - partes relacionadas	6	-
Cauções contratuais	1.156	(331)
Obrigações sociais	(1.737)	5.708
Obrigações fiscais	25.962	23.581
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.943)	(28.630)
Receita diferida	(375)	(339)
Outras contas a pagar	81.100	1.530
Credores pela concessão	(118)	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(276)	-
Pagamento de juros	(18.411)	(16.823)
Outros passivos	26	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	292.251	144.237
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(4.156)	(7.171)
Adições ao intangível	(143.959)	(106.174)
Adiantamento para novos projetos	-	(55)
Aplicações financeiras vinculadas	(84.596)	(158)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	119.922	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(112.789)	(113.558)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos		
Captações	43.342	70.082
Pagamento de juros e principal	(6.814)	(67.761)
Debêntures		
Emissão de Debêntures	-	-
Pagamento de juros e principal	(132.932)	-
Pagamento de credores pela concessão	(14.163)	(13.595)
Pagamento de dividendos	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(110.567)	(11.274)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	68.895	19.405
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.168.288	442.192
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.237.183	461.597

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Diferido: No consolidado, corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos pelas controladas que administram as concessões de rodovias federais até 31 de dezembro de 2008 ou data de início de suas operações, se esta for anterior. As despesas pré-operacionais serão amortizadas em dez anos a partir do início das operações das controladas. A partir de 2009, o registro das despesas pré-operacionais será feito diretamente ao resultado, nas despesas operacionais, em virtude do determinado pela Medida Provisória nº 449/08.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Comentário do Desempenho

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada à Rua Joaquim Floriano, 913 - 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais - ITR da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços;
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil;
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral;
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 10 de maio de 2011.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2011 e de 2010, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo:

Concessionárias Estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

Notas Explicativas

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
 - Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.
- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Notas Explicativas

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
 - Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235,040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Notas Explicativas

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhangüera - Contorno Rodoviário de Araras

Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhangüera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 e o km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos / retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334+860 e o km 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Notas Explicativas

Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de março de 2011, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Natureza dos custos	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	Total
	Previsão de 2011 a 2018	Previsão de 2011 a 2019	Previsão de 2011 a 2028	Previsão de 2011 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	83.566	38.669	407.157	44.032	573.424
Conserva especial	<u>245.091</u>	<u>189.654</u>	<u>264.341</u>	<u>196.435</u>	<u>895.521</u>
	<u>328.657</u>	<u>228.323</u>	<u>671.498</u>	<u>240.467</u>	<u>1.468.945</u>

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, nº 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
 - 48,3 km de terceira faixa;
 - 10,2 km de vias laterais;
 - Construção de nove passarelas;
 - Construção de cinco praças de pedágio;
 - Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;

Notas Explicativas

- Construção de 5 praças de pedágio;
 - Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
 - 94,16 km de vias laterais;
 - 10,3 km de variantes/contornos;
 - Construção de 50 passarelas;
 - Construção de 8 praças de pedágio;
 - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Notas Explicativas

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
 - 104,9 km de terceira faixa;
 - 109,6 km de vias laterais;
 - 23,6 km de variantes/contornos;
 - Construção de 51 passarelas;
 - Construção de 6 praças de pedágio;
 - Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSO;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no mês de dezembro para a Planalto Sul, a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao poder concedente pelo direito de exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	8.917	204.325
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>160.595</u>
	<u>28.288</u>	<u>688.593</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais. Sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;

Notas Explicativas

- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão;
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos;
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O registro de sociedade por ações de capital aberto foi concedido pela CVM em 29 de março de 2010;
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de março de 2011, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Natureza dos custos	Previsão 2011 a 2033					Total
	Planalto	Fluminense	Fernão	Régis	Litoral	
	Sul		Dias	Bittencourt	Sul	
Melhorias na infraestrutura	267.326	631.198	434.422	1.059.000	741.029	3.132.975
Recuperações /Manutenções	<u>386.677</u>	<u>365.886</u>	<u>668.730</u>	<u>598.000</u>	<u>601.850</u>	<u>2.621.143</u>
Total	<u>654.003</u>	<u>997.084</u>	<u>1.103.152</u>	<u>1.657.000</u>	<u>1.342.879</u>	<u>5.754.118</u>

Referidas estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRS. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial das demonstrações financeiras anual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das informações trimestrais são:

4.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009:

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2011 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRS e os CPC a Sociedade optou por não reapresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

Princípios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, onde a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

Notas Explicativas

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital Total / Votante</u>	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte (indiretamente)	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%

- (a) A Latina Manutenção constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (b) A Paulista constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (c) A Latina Sinalização constituída em 2008 domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, bem como os principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2.

4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.4. Ativo Diferido

O Pronunciamento CPC 43 (R1), determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, estes saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

4.5. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por se tratar basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o mesmo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Notas Explicativas

4.8. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados à época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, onde está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 19.

4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente.

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;

Notas Explicativas

- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Provisão para investimentos - nominal	23.535	9.783
Provisão para investimentos a valor presente	<u>22.778</u>	<u>9.474</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>757</u>	<u>309</u>
Provisão para manutenção - nominal	46.336	40.035
Provisão para manutenção a valor presente	<u>44.910</u>	<u>38.990</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.426</u>	<u>1.045</u>
Credores pela concessão - nominal (*)	62.989	61.101
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>60.743</u>	<u>59.639</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.246</u>	<u>1.462</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos - nominal	45.774	59.861
Provisão para investimentos a valor presente	<u>42.136</u>	<u>54.840</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.638</u>	<u>5.021</u>
Provisão para manutenção - nominal	174.176	150.632
Provisão para manutenção a valor presente	<u>143.761</u>	<u>124.331</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>30.415</u>	<u>26.301</u>
Credores pela concessão - nominal	381.983	387.968
Credores pela concessão a valor presente	<u>312.980</u>	<u>316.066</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>69.003</u>	<u>71.902</u>

(*) Inclui a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

Notas Explicativas

4.13. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Estas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio, cuja somatória estiver incluída na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

4.16. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais individuais e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, não ser uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

4.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Administração da Sociedade.

4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRS a seguir, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e ainda não editadas no Brasil pelo CPC.

As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção desta norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) - aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém se o transferidor retém certo nível de exposição o item continua em seu ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) - aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

Notas Explicativas

IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - *Income Taxes* denominada “*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

IFRS 1: eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* que trata da eliminação de datas fixas para sua adoção inicial. As modificações substituem a data fixa de 1º de janeiro de 2004 para uma data de transição, de forma que a adoção inicial das IFRS não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS, novas e revisadas, apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em manter atualizado o conjunto de normas emitido no Brasil com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e contas bancárias	2.893	477	24.266	21.336
Aplicações financeiras (*)	<u>76.295</u>	<u>76.429</u>	<u>1.212.917</u>	<u>1.146.952</u>
Total	<u>79.188</u>	<u>76.906</u>	<u>1.237.183</u>	<u>1.168.288</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	49.265	69.022
Debêntures	-	-	-	1.518
Fundos de investimentos	76.295	76.429	1.163.652	1.069.412
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	-	-	7.000
Total	<u>76.295</u>	<u>76.429</u>	<u>1.212.917</u>	<u>1.146.952</u>

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas acessórias a receber	1.501	690
Pedágio eletrônico a receber	69.088	77.800
Cupons de pedágio a receber	4.872	3.400
Cartões de pedágio a receber	1.767	977
Outras	-	1.561
	<u>77.228</u>	<u>84.428</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificaram a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	111	28	8.046	4.731
Adiantamento a fornecedores	-	102	524	399
Outros	<u>138</u>	-	<u>684</u>	<u>734</u>
	<u>249</u>	<u>130</u>	<u>9.254</u>	<u>5.864</u>
Circulante	249	130	9.253	5.702
Não circulante	-	-	1	162

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo Fiscal (a)	31.212	32.153
Provisão de Participação nos lucros	1.114	3.788
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	8.221	10.589
Direito de concessão incorporado (c)	8.238	6.231
Mudança de prática contábil (d)	1.342	7.175
Ágio incorporado da SPR (e)	31.573	32.715
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	158.923	139.370
Provisão para investimentos	2.722	2.688
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	22.866	21.709
Ajuste dos encargos financeiros	3.193	2.851
Base de cálculo	269.404	259.269
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>91.598</u>	<u>88.151</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajustes de leasing financeiro	145	143
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f)	19.330	19.918
Amortização do direito de outorga incorporado (g)	22.796	20.263
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	(28.211)	(22.793)
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	91.084	74.422
Ajuste dos encargos financeiros	(9.348)	(8.417)
Base de cálculo	95.796	83.536
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>32.570</u>	<u>28.402</u>

- (a) Referem-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de 10 anos de realização, conforme instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.
- (e) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010.
- (f) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa n° 19.
- (g) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (h) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelo IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como segue:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	9.560	1.297
2012	9.439	1.635
2013	9.232	1.653
2014	9.609	1.675
Acima de 2014	<u>53.758</u>	<u>26.310</u>
	<u>91.598</u>	<u>32.570</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.509	5.453	8.509	7.627
IRRF sobre aplicações financeiras	683	1.207	10.264	8.221
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	42	42	42	42
IRRF sobre mútuo	2.132	2.068	3.351	3.256
PIS e COFINS a recuperar	78	51	85	58
IRRF sobre serviços de terceiros	1	1	1.439	1.170
Outros impostos a recuperar	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>4.949</u>	<u>4.306</u>
Total	<u>9.451</u>	<u>8.828</u>	<u>28.639</u>	<u>24.680</u>

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Informações trimestrais individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de março de 2011 estão assim representados:

	31.03.2011						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação Capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	159.544	767.621	608.077	54.963	11.461
Centrovias	101.483.834	100%	114.094	647.146	533.052	57.252	11.210
Intervias	4.352.285	100%	181.403	898.633	717.230	66.019	14.850
Vianorte	1.132.038	100%	110.139	660.501	550.362	51.938	(998)
Planalto Sul	61.380.297	100%	64.542	243.288	178.746	33.937	1.364
Fluminense	63.001.003	100%	75.073	345.551	270.478	44.984	4.135
Fernão Dias	228.001.000	100%	209.224	649.108	439.884	78.606	2.949
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	143.301	716.169	571.915	96.515	14.038
Litoral Sul	51.001.000	100%	72.576	433.298	360.722	59.229	4.728
Paulista(*)	500.000	100%	3.624	10.345	6.721	13.705	1.415
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.549	59.899	45.350	54.530	4.460
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	3.900	7.344	3.444	5.673	559

(*) quotas

Notas Explicativas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	31.12.2010						
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	148.083	779.246	631.163	229.038	55.144
Centrovias	105.423.237	100%	102.884	655.860	552.976	250.223	56.967
Intervias	4.352.285	100%	197.474	933.858	736.384	269.001	84.858
Vianorte	1.132.038	100%	111.137	670.386	559.249	210.453	19.604
Planalto Sul	35.001.003	100%	36.034	235.640	199.606	136.370	2.639
Fluminense	63.001.003	100%	70.938	323.749	252.811	156.612	14.472
Fernão Dias	213.001.003	100%	191.275	595.948	404.673	303.684	(8.729)
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	130.216	652.994	522.778	340.915	38.107
Litoral Sul	51.001.000	100%	52.848	380.697	327.849	216.443	12.638
SPR	-	100%	-	-	-	-	13.885
Paulista(*)	500.000	100%	3.709	11.791	8.082	50.151	6.661
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	11.089	54.610	43.521	190.250	13.756
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	4.841	8.500	3.659	27.418	5.367

A movimentação dos saldos de investimentos no período findo em 31 de março de 2011 é como segue:

	Saldo em 31.12.2010	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio / dividendos	Equiv. patrimonial lucro (prejuízo) do período	Saldos em 31.03.2011
Autovias	148.083	-	-	11.461	159.544
Centrovias	102.884	-	-	11.210	114.094
Intervias	197.474	-	(30.921)	14.850	181.403
Vianorte (a)	111.137	-	-	(998)	110.139
Planalto Sul	36.034	27.144	-	1.364	64.542
Fluminense	70.938	-	-	4.135	75.073
Fernão Dias	191.275	15.000	-	2.949	209.224
Régis Bittencourt	130.216	-	-	13.085	143.301
Litoral Sul	52.848	15.000	-	4.728	72.576
Paulista	3.709	-	(1.500)	1.415	3.624
Latina Manutenção	11.089	-	(1.000)	4.460	14.549
Latina Sinalização	4.841	-	(1.500)	559	3.900
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.061.581</u>	<u>57.144</u>	<u>(34.921)</u>	<u>69.218</u>	<u>1.153.022</u>

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Saldo em 31.12.2009	Incorporação SPR pela Vianorte (ajustada (*))	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio e dividendos	Equiv. patrimonial Lucro (prejuízo) do exercício	Saldos em 31.12.2010
Autovias	153.209	-	-	(60.270)	55.144	148.083
Centrovias	86.357	-	4.300	(44.740)	56.967	102.884
Intervias	148.535	-	-	(35.919)	84.858	197.474
Vianorte (a)	-	117.328	-	(4.313)	(1.878)	111.137
Planalto Sul	23.717	-	10.000	(322)	2.639	36.034
Fluminense	58.938	-	-	(2.472)	14.472	70.938
Fernão Dias	55.004	-	145.000	-	(8.729)	191.275
Régis Bittencourt	99.367	-	1.792	(9.050)	38.107	130.216
Litoral Sul	40.785	-	-	(575)	12.638	52.848
SPR (a)	222.362	(117.328)	(116.092)	(2.827)	13.885	-
Paulista	5.348	-	-	(8.300)	6.661	3.709
Latina Manutenção	14.133	-	-	(16.800)	13.756	11.089
Latina Sinalização	5.674	-	-	(6.200)	5.367	4.841
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	-	19
Total	<u>914.482</u>	<u>-</u>	<u>45.000</u>	<u>(191.788)</u>	<u>293.887</u>	<u>1.061.581</u>

(*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

	Controladora					Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2010	2.156	2.782	1.719	1.583	586	8.826
Adições	80	-	22	-	-	102
Alienações/baixas	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>2.229</u>	<u>2.782</u>	<u>1.741</u>	<u>1.583</u>	<u>586</u>	<u>8.921</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2010	(659)	(728)	(1.212)	(551)	-	(3.150)
Depreciações/amortizações	(52)	(28)	(61)	(72)	-	(213)
Alienações/baixas	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>(708)</u>	<u>(756)</u>	<u>(1.273)</u>	<u>(623)</u>	<u>-</u>	<u>(3.360)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2010	<u>1497</u>	<u>2.054</u>	<u>507</u>	<u>1.032</u>	<u>586</u>	<u>5.676</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>1.521</u>	<u>2.026</u>	<u>468</u>	<u>960</u>	<u>586</u>	<u>5.561</u>

Notas Explicativas

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e beneficentias	Computadores e periféricos	Veículos	Consolidado instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Maquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto											
Saldo em 31.12.2010	7.665	9.459	2.221	5.259	13.663	8.608	586	16.355	1.700	208	65.724
Adições	610	178	273	274	1.632	155	-	931	1	84	4.138
Transferências	(15)	11	(11)	39	70	(1.857)	-	1.142	(24)	645	-
Alienações/baixas	(7)	(60)	-	-	(76)	-	-	-	-	-	(143)
Saldo em 31.03.2011	<u>8.253</u>	<u>9.588</u>	<u>2.483</u>	<u>5.572</u>	<u>15.289</u>	<u>6.906</u>	<u>586</u>	<u>18.428</u>	<u>1.677</u>	<u>937</u>	<u>69.719</u>
Depreciação acumulada											
Saldo em 31.12.2010	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.642)	(3.366)	(886)	-	(2.098)	(568)	-	(17.610)
Depreciações/amortizações	(189)	(263)	(75)	(243)	(587)	(58)	-	(568)	(72)	-	(2.055)
Transferências	1	-	-	16	(2)	-	-	(17)	2	-	-
Alienações/baixas	3	59	-	-	37	-	-	-	-	-	99
Saldo em 31.03.2011	<u>(2.068)</u>	<u>(5.066)</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(2.869)</u>	<u>(3.918)</u>	<u>(944)</u>	<u>-</u>	<u>(2.683)</u>	<u>(638)</u>	<u>-</u>	<u>(19.566)</u>
Imobilizado líquido:											
Saldo em 31.12.2010	5.782	4.597	916	2.617	10.297	7.722	586	14.257	1.132	208	48.114
Saldo em 31.03.2011	<u>6.185</u>	<u>4.522</u>	<u>1.103</u>	<u>2.703</u>	<u>11.371</u>	<u>5.962</u>	<u>586</u>	<u>15.745</u>	<u>1.039</u>	<u>937</u>	<u>50.153</u>
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-
12. INTANGÍVEL											
A movimentação é como segue:											
Controladora											
Custo do intangível:											
Saldo em 31.12.2010											645
Adições											39
Saldo em 31.03.2011											<u>684</u>
Amortização acumulada:											
Saldo em 31.12.2010											(292)
Amortização											(31)
Saldo em 31.03.2011											<u>(323)</u>
Intangível líquido:											
Saldo em 31.12.2010											353
Saldo em 31.03.2011											<u>361</u>
											Softwares

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2010	3.831.617	351.939	130.144	12.319	9.997	253.867	6.155	4.596.038
Adições	79.204	-	-	567	-	65.389	(190)	144.970
Transferências / Incorporação	16.924	-	-	3	-	(16.858)	(69)	-
Alienações/baixas	(1.409)	-	-	(1)	-	(9.195)	-	(10.605)
Saldo em 31.03.2011	<u>3.926.336</u>	<u>351.939</u>	<u>130.144</u>	<u>12.888</u>	<u>9.997</u>	<u>293.203</u>	<u>5.896</u>	<u>4.730.403</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2010	(1.125.109)	(146.009)	(36.829)	(6.511)	-	-	-	(1.314.458)
Amortização	(38.084)	(5.768)	(2.174)	(304)	-	-	-	(46.330)
Transferências	(2.809)	819	1.743	247	-	-	-	-
Alienações/baixas	1.061	-	-	-	-	-	-	1.061
Saldo em 31.03.2011	<u>(1.164.941)</u>	<u>(150.958)</u>	<u>(37.260)</u>	<u>(6.568)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.359.727)</u>
<u>Intangível líquido:</u>								
Saldo em 31.12.2010	2.706.508	205.930	93.315	5.808	9.997	253.867	6.155	3.281.580
Saldo em 31.03.2011	<u>2.761.395</u>	<u>200.981</u>	<u>92.884</u>	<u>6.320</u>	<u>9.997</u>	<u>293.203</u>	<u>5.896</u>	<u>3.370.676</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 18.

(c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infra-estrutura de obras de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos - (BNDES) (a)	Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP + 2,8% a.a a 7,5% a.a.	560.055	923.910
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a 7,75% a.a.	10.110	9.930
Leasing (c)	CDI+1,52% a.a a 1,87% a.a.	<u>4.399</u>	<u>4.438</u>
		<u>574.564</u>	<u>938.278</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos - (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a a 7,5% a.a.	422.427	17.120
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a a 7,75% a.a.	8.463	10.914
Leasing (c)	CDI + 1,52% a 1,87% a.a.	14.477	14.724
		<u>445.367</u>	<u>42.758</u>
		<u>1.019.931</u>	<u>981.036</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias, com vencimento final de março de 2011 até setembro de 2013.
- (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias, com vencimento final de julho de 2010 a fevereiro de 2014.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens, com vencimento final de abril de 2010 a maio de 2011.

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são:

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores;
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES;
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora;
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Notas Explicativas

Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES;
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei;
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo;
- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e ativo total maior ou igual a 20%;
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

No primeiro trimestre de 2011 a Régis Bittencourt e a Planalto Sul assinaram contratos com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Estes contratos possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são

Da Sociedade

- I. Cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as “disposições aplicáveis aos contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878 de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571/2008, de 04 de março de 2008 e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à Sociedade, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;

Notas Explicativas

- II. Utilizar o total do crédito nos prazos mencionados nas alíneas a seguir, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro:
 - a) Para a Categoria de Crédito “A”, em até 9 (nove) meses;
 - b) Para a Categoria de Crédito “B”, até 31 de dezembro de 2013;
- III. Apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- IV. Na hipótese de ocorrer, em função do projeto de financiamento, a redução do quadro de pessoal da Sociedade durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- V. Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de financiamento;
- VI. Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato de Financiamento;
- VII. Observar, durante o período de vigência do Contrato de Financiamento, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- VIII. Comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- IX. Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES;
- X. Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
 - a) A Sociedade deverá notificar o BNDES no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data do trânsito em julgado do procedimento administrativo para aplicação da referida multa;

Notas Explicativas

- b) Para efeitos de aplicação de multa, caso seja esta a sanção a ser atribuída ao inadimplemento do inciso X desta Cláusula, o BNDES considerará o período no qual a Sociedade esteve inadimplente perante a ANTT;
- XI. Apresentar trimestralmente, ao BNDES, lista atualizada contendo o status de todos os Autos de Infração (AI) e Notificações de Infração (NI) expedidos pela ANTT, nos moldes da sua Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008 ou a que vier a lhe substituir, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XII. Apresentar semestralmente, ao BNDES, até final liquidação desse Contrato, balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários;
- XIII. Apresentar trimestralmente, ao BNDES, os respectivos balancetes mensais, até final liquidação do presente Contrato, incluindo movimento de receitas e despesas da Sociedade e movimento da exploração do pedágio.
- a) A periodicidade de apresentação do balancete poderá ser alterada, ao exclusivo critério do BNDES;
- XIV. Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, durante a realização do projeto de financiamento, observado o disposto inciso XX desta Cláusula, exceto no caso de expressa anuência do BNDES;
- XV. Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do presente Contrato;
- XVI. Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- XVII. Não apresentar - sem prévia e expressa autorização do BNDES – saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, a ser aferido pelas apurações estipuladas nos incisos XI e XIII desta Cláusula, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta Condição Geral:
- a) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada no inciso XI desta Cláusula, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício;
- b) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos;
- c) Fica excluído do cômputo a que se refere a alínea “a” anterior os valores referentes
1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade;

Notas Explicativas

2. Aos mútuos concedidos à Sociedade por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas), conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo;
 3. Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente deste Contrato.
 - a) Para fazer jus a qualquer destas exclusões indicadas na alínea “c” anterior, a Sociedade deverá segregar tais valores em todas as demonstrações que forem remetidas ao BNDES, nos termos dos incisos XI e XIII (com alínea “a”) desta Cláusula.
- XVIII. Apresentar trimestralmente, durante o período de utilização do crédito, relatório físico-financeiro de andamento do projeto, com dados mensais, fazendo constar da relação dos pagamentos efetuados no período, de acordo com os itens do Quadro de Usos e Fontes, posição atualizada do cronograma de execução físico-financeira e principais eventos ocorridos;
- XIX. Comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o projeto mencionado na Cláusula Primeira, em especial, mas não se limitando, em relação à Ação Civil Pública nº 0022082-63.2005.403.6100, tramitando perante o Juízo Federal da 10ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo, à Ação Civil Pública nº 2007.70.00.028105-8, tramitando perante o Juízo Federal da 3ª Vara Cível de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná e às ações indicadas no item nº 21.3 do contrato de concessão, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria Sociedade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a Sociedade teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos;
- XX. Observado o disposto no inciso XIV desta Cláusula, não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, pagamento de juros dos mútuos indicados no item “2”, alínea “c”, inciso XVII desta Cláusula ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) for inferior a 1,3, o qual será calculado com base nas apurações estipuladas no inciso XI desta Cláusula, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade

(+) EBITDA
 (-) Imposto de Renda
 (-) Contribuição Social

Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal
 (+) Pagamentos de Juros

EBITDA

(+) Lucro Líquido
 (+) Despesa/receita financeira líquida
 (+) Depreciações e amortizações
 (+) Provisão para imposto de renda e contribuições sociais
 (+) outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Notas Explicativas

- XXI. Além das hipóteses de vencimento legal, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- a) Inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou do Interveniante;
 - b) Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Sociedade pertença;
 - c) O controle efetivo, direto ou indireto, da Sociedade sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
 - d) Ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.
 - e) A redução do quadro de pessoal da Sociedade sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Nona;
 - f) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
 - g) A inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
 - h) A falsidade da declaração firmada pela Sociedade em [dia, mês (por extenso) e ano], previamente à contratação, que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
 - i) A constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES na Cláusula Sétima.
 - j) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão;
 - k) O descumprimento da obrigação estabelecida no inciso XX;
 - l) A intencional falsidade de informações prestadas por meio dos balancetes previstos no inciso XIII, especialmente no que tange a empréstimos contratados.
- XXII. Verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Sociedade, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.
- XXIII. Manter a cessão fiduciária ora constituída, bem como todas as autorizações e obrigações aqui previstas, sempre em pleno vigor, válidas e eficazes e reforçar, substituir, repor ou complementar a presente garantia, com outras garantias relativas ao contrato de financiamento, se os direitos cedidos forem objeto de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa;

Notas Explicativas

- XXIV. Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou a sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES;
- XXV. Defender-se, como também defender os direitos do BNDES, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este contrato, sendo a única responsável por quaisquer reclamações ou ações que possam invalidar ou prejudicar os direitos cedidos ou o direito real de garantia dado ao BNDES por meio do presente instrumento;
- XXVI. Manter o BNDES indene de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) decorrentes do contrato que sejam: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos direitos cedidos; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, de quaisquer declarações ou compromissos da cedente contidos no contrato; ou (iii) referentes à criação e à formalização, pela cedente, do gravame aqui previsto;
- XXVII. Mediante solicitação por escrito do BNDES, praticar, exclusivamente às suas custas, todos os atos, bem como assinar todo e qualquer documento necessário à manutenção dos direitos previstos no contrato que não impliquem assunção de qualquer obrigação adicional ou ampliação de obrigação existente ou, ainda, extinção de direitos assegurados no contrato de financiamento ou outro instrumento aplicável, exceto se assim acordado com o BNDES;
- XXVIII. Indenizar o BNDES, seus diretores, empregados, assessores, sociedades afiliadas, coligadas, controladoras e controladas por todos e quaisquer custos e desembolsos, de qualquer tipo ou natureza, que venham a ser comprovadamente incorridos ou julgados contra os mesmos e que sejam de alguma forma relacionados ou originados do contrato, bem como tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão, do contrato de cessão fiduciária, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos no contrato;
- XXIX. Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, com o valor mínimo de equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.
- XXX. Fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, quando assim solicitado, qualquer informação ou documento adicional que o BNDES possa vir a solicitar relativamente aos direitos cedidos;
- XXXI. Expressamente renunciar a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrário à instituição da cessão fiduciária sobre os direitos cedidos, de acordo com o contrato de financiamento, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos do BNDES ou impedir a sociedade de cumprir as obrigações contratuais contraídas no contrato de financiamento;
- XXXII. Contratar, se solicitado pelo BNDES, Auditoria Independente, às suas expensas, para realizar a aferição do tráfego, devendo a empresa ser submetida à prévia aprovação do BNDES, bem como remeter relatórios onde sejam especificados os montantes arrecadados para cada modalidade de cobrança e forma de pagamento, conforme definido no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Do acionista

- I. Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da beneficiária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Sociedade ou em transferência do controle acionário da Sociedade, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Sociedade, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;
- II. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, de dispositivo que importe em:
 - a) Restrições à capacidade de crescimento da Sociedade ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- III. Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- IV. Tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação;
- V. Substituir ou reforçar a garantia real caso a mesma fique abaixo do mínimo de 130% (cento e trinta por cento) do valor da dívida, exceto se regulamento específico estabelecer índ
- VI. Ice diverso para as operações por ele regidas.
- VII. Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da Sociedade, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto;
- VIII. Manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da beneficiária, bem com não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da beneficiária, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- IX. Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela Sociedade;
- X. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da Sociedade ou ainda por falência ou recuperação judicial da Sociedade, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, as intervenientes deverão pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização;
 - a) Caso a indenização a que se refere o inciso IX desta Cláusula não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado o aludido prazo.

Notas Explicativas

- XI. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização;
- XII. Na hipótese de extinção do contrato de concessão a qualquer título, por determinação judicial, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da sentença que houver determinado o fim do referido contrato.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das informações trimestrais.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos a curto prazo.

14. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade Emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31.03.2011		31.12.2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:							
1ª série (a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	mar/2015	68.670	201.182	68.647	217.945
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/2017	469	127.674	7.940	124.775
2ª emissão (b)	1.000	CDI + 1,7% a.a.	nov/2015	13.020	88.236	7.249	94.118
	<u>406.000</u>			82.159	417.094	83.836	436.838
Custo de transação				<u>(1.097)</u>	<u>(2.223)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
				81.062	414.871	82.676	434.376
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	mar/2015	68.955	201.980	68.933	218.810
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/2017	469	127.674	7.940	124.774
	<u>406.131</u>			69.424	329.654	76.873	343.584
Custo de transação				<u>(911)</u>	<u>(1.834)</u>	<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
				68.513	327.820	75.919	341.540
Intervias:							
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	mar/2015	74.185	217.380	74.159	235.493
2ª emissão (b)	3.000	CDI + 1,7% a.a.	nov/2015	39.060	264.708	21.747	282.354
	<u>310.947</u>			113.245	482.088	95.906	517.847
Custo de transação				<u>(1.384)</u>	<u>(2.110)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(2.428)</u>
				111.861	479.978	94.462	515.419
Vianorte:							
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	mar/2015	37.059	108.550	37.047	117.596
2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	mar/2017	390	106.395	6.616	103.978
	<u>253.776</u>			37.449	214.945	43.663	221.574
Custo de transação				<u>(609)</u>	<u>(1.346)</u>	<u>(635)</u>	<u>(1.488)</u>
				36.840	213.599	43.028	220.086
Total				<u>298.276</u>	<u>1.436.268</u>	<u>296.085</u>	<u>1.511.421</u>

Notas Explicativas

- (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª série	15/03/10	724.907	26/04/10	732.936
2ª série	15/03/10	340.000	27/04/10	345.382
1ª emissão	15/03/10	307.947	26/04/10	311.300
2ª emissão	22/11/10	<u>400.000</u>	16/12/10	<u>403.385</u>
Total		<u>1.772.854</u>		<u>1.793.003</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

Em 31 de março de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	250.846
2013	335.109
2014	335.819
2015	278.391
2016	117.983
2017	<u>118.120</u>
	<u>1.436.268</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("*Sinking Fund*"), conforme descrito a seguir.

Aplicações financeiras vinculadas ("*Sinking Fund*"): como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade.

Em 31 de março de 2011, o valor desta aplicação era como segue:

Ativo circulante	51.730
Ativo não circulante	12.201

No período findo em 31 de março de 2011, essas aplicações foram remuneradas entre 100% a 100,8% da variação do CDI.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	-	162	16.032	18.938
Contribuição social	-	61	7.093	8.459
IRRF	1.464	1.004	2.554	1.872
PIS	-	-	1.050	958
COFINS	-	-	4.846	4.423
Tributos federais retidos	31	13	5.087	6.004
ISS	-	1	9.644	9.790
	<u>1.495</u>	<u>1.241</u>	<u>46.306</u>	<u>50.444</u>

Notas Explicativas**16. CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Contas a receber - partes relacionadas:				
Autovias (a)	74	91	-	-
Centrovias (a)	68	93	-	-
Intervias (a)	81	114	-	-
Vianorte (a)	69	90	-	-
Planalto Sul (b)	1.436	1.029	-	-
Fluminense (b)	996	1.018	-	-
Fernão Dias (b)	1.493	1.506	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.874	1.933	-	-
Litoral Sul (b)	1.502	1.475	-	-
Latina Manutenção	58	50	-	-
Latina Sinalização	54	48	-	-
Paulista	58	49	-	-
Planalto Sul (c)	7.077	9.753	-	-
Fluminense (c)	14.961	13.154	-	-
Fernão Dias (c)	27.177	23.871	-	-
Régis Bittencourt (c)	29.455	25.876	-	-
Litoral Sul (c)	12.815	10.891	-	-
OHL Concesiones	87	89	91	89
Total	<u>99.335</u>	<u>91.130</u>	<u>91</u>	<u>89</u>

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Autovias	8.361	8.361
Centrovias	11.053	11.053
Intervias	15.816	15.816
Vianorte	4.313	4.313
Planalto Sul	322	322
Régis Bittencourt	9.050	9.050
Litoral Sul	<u>575</u>	<u>575</u>
	<u>51.962</u>	<u>51.962</u>

<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber partes relacionadas - controladas:		
Planalto Sul (c)	37.000	60.000
Fluminense (c)	60.000	60.000
Fernão Dias (c)	110.000	110.000
Régis Bittencourt (c)	119.000	119.000
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>
Total	<u>393.000</u>	<u>416.000</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (e)	29.779	26.313	-	-
Centrovias (e)	11.814	10.445	-	-
Intervias (e)	<u>50.648</u>	<u>44.678</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>92.241</u>	<u>81.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
OHL Concesiones S.L.	68	68	68	68
Hur S.A.	238	243	238	243
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha) em	417	406	417	406
Participaemem Brasil S.L.	99	99	99	99
Controladas:				
Centrovias (b)	5	5	-	-
Intervias (b)	3	12	-	-
Latina Sinalização	2	-	-	-
SPR (d)	-	<u>2</u>	-	-
Total	<u>832</u>	<u>835</u>	<u>822</u>	<u>816</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos e Financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	114.000	114.000	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Gruem
- (c) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais.
- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de setembro de 2010.

	Controladora	
	31.03.2011	31.03.2010
Receitas (despesas) financeiras líquida:		
Autovias	(4.077)	(2.933)
Centrovias	(1.611)	(1.159)
Intervias	(7.022)	(5.050)
Planalto Sul	1.727	1.458
Fluminense	2.126	1.529
Fernão Dias	3.890	2.798
Régis Bittencourt	4.211	3.028
Litoral Sul	2.263	1.627
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	(1)	17
Hur S.A.	(7)	(6)
Total	<u>1.499</u>	<u>1.309</u>

Notas Explicativas

No decorrer do período findo em 31 de março de 2011, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 1.455 (R\$ 1.355 em 31 de março de 2010) na controladora e R\$ 3.168 (R\$ 2.878 em 31 de março de 2010) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário estas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos acima, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		Consolidado			
		Valor presente		Valor nominal (*)	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Direito de outorga	6.192	5.989	6.360	6.151
	Parcela variável (a)	627	650	-	-
Centrovias	Direito de outorga	9.264	8.979	9.515	9.203
	Parcela variável (a)	628	651	-	-
Intervias	Direito de outorga	5.801	5.634	5.921	5.727
	Parcela variável (b)	772	791	-	-
Vianorte	Direito de outorga	36.894	36.353	38.601	37.336
	Parcela variável (a)	<u>565</u>	<u>592</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>60.743</u>	<u>59.639</u>	<u>60.397</u>	<u>58.417</u>

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor nominal (*)</u>	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Direito de outorga	33.989	34.277	41.651	42.246
Centrovias	Direito de outorga	49.153	49.645	59.885	60.835
Intervias	Direito de outorga	37.397	37.461	47.344	47.696
Vianorte	Direito de outorga	<u>192.441</u>	<u>194.683</u>	<u>233.103</u>	<u>237.191</u>
Total		<u>312.980</u>	<u>316.066</u>	<u>381.983</u>	<u>387.968</u>

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2011 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	12	77	89
Centrovias	12	74	86
Intervias	12	94	106
Vianorte	12	71	83

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2011 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor Pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	1.491	1.820	3.311
Centrovias	2.231	1.824	4.055
Intervias	1.389	2.233	3.622
Vianorte	<u>9.052</u>	<u>1.636</u>	<u>10.688</u>
Total	<u>14.163</u>	<u>7.513</u>	<u>21.676</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

19. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

Notas Explicativas

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2011, é conforme segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2011</u>
Cíveis	6.175	196	(1.584)	(160)	3	4.630
Trabalhistas	3.831	186	(278)	(116)	1	3.624
Fiscais	<u>212</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234</u>
Total	<u>10.218</u>	<u>390</u>	<u>(1.840)</u>	<u>(276)</u>	<u>4</u>	<u>8.488</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 13.065, R\$ 8.434 e R\$ 181, respectivamente, em 31 de março de 2011.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude do respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de março de 2011, é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2010	38.990	9.474	124.331	54.840
Adições	180	63	49.333	701
Utilizações	(21.344)	(164)	(2.819)	-
Transferências	<u>27.084</u>	<u>13.405</u>	<u>(27.084)</u>	<u>(13.405)</u>
Saldos em 31.03.2011	<u>44.910</u>	<u>22.778</u>	<u>143.761</u>	<u>42.136</u>

Os pagamentos efetuados no trimestre, referente as manutenções realizadas foi de R\$ 30.026.

Notas Explicativas

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.03.2011</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.835.900	12,83
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.446.300	7,91
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>9.828.909</u>	<u>14,27</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2010</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,53
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.344.300	7,76
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	9	0,00
Outros	<u>10.824.808</u>	<u>15,71</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	289.055
Reserva Legal de 5%	<u>(14.453)</u>
Base de cálculo	274.602
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>68.650</u>
 Dividendos por ação	 0,99653

21. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receita de serviços prestados	434.337	366.140
Outras receitas	24.226	16.702
Receita de serviços de construção	<u>143.033</u>	<u>121.327</u>
	<u>601.596</u>	<u>504.169</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do período é como segue:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receita bruta	601.596	504.169
ISSQN	(24.376)	(19.984)
PIS	(3.013)	(2.542)
COFINS	(13.899)	(11.733)
Outras deduções	<u>(970)</u>	<u>(367)</u>
Receita líquida	<u>559.338</u>	<u>469.543</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Custo de construção	143.033	121.327
Com pessoal	34.661	20.799
Serviços de terceiros	36.682	34.447
Depreciação / amortização	45.088	34.859
Custos com poder concedente	7.422	6.723
Seguros / garantias	998	1.463
Conservação	19.048	19.752
Provisão para manutenção em rodovias	49.371	25.217
Taxa fiscalização	8.103	7.661
Outros	<u>14.746</u>	<u>18.223</u>
Total	<u>359.152</u>	<u>290.501</u>

Notas Explicativas

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Com pessoal	3.828	1.508	16.417	11.857
Serviços de terceiros	526	614	6.750	6.631
Depreciação / amortização	244	242	3.297	2.954
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	(1.450)	630
Seguros / garantias	-	-	1.495	1.584
Consumos	-	175	-	2.118
Transportes	-	92	-	646
Outros	<u>1.318</u>	<u>990</u>	<u>8.437</u>	<u>4.478</u>
Total	<u>5.916</u>	<u>3.621</u>	<u>34.946</u>	<u>30.898</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	14.471	10.646	2.376	2.637
Aplicações financeiras	2.072	330	34.542	7.387
Outras receitas	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>86</u>	<u>59</u>
	<u>16.544</u>	<u>10.978</u>	<u>37.004</u>	<u>10.083</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(12.711)	(9.139)	(77.564)	(38.087)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(12.298)	(13.625)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	-	(2.656)	(2.569)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.088)</u>	<u>(4.412)</u>
	<u>(12.711)</u>	<u>(9.139)</u>	<u>(97.606)</u>	<u>(58.693)</u>

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa n 4.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.11</u>	<u>31.03.10</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cações contratuais e obrigações fiscais	40.548	38.501
Juros capitalizados	1.238	-

Notas Explicativas

25. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.888	60.903	103.786	94.798
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(23.082)	(20.707)	(35.287)	(32.231)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	23.534	21.587	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	-	-	(692)
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	(2.264)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	192	(1.213)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	-	459	410	1.341
Outros ajustes	(452)	(141)	1.684	1.278
Despesa contabilizada	-	(1.066)	(33.001)	(31.517)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	(1.066)	(32.280)	(28.890)
Diferidos	-	-	(721)	(2.627)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2011 a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	11,60%	14,50%	17,40%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	6,28%	7,85%	9,42%
Juros a incorrer (*)	175.187	218.984	262.781

Notas Explicativas

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Riscos de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 68.857, R\$ 76.950, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos e debêntures, são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas e as debêntures foram emitidas ao longo de 2010;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas estão substancialmente são indexadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros	01.04.2011	2012	2013	2014	2015	Total
	(média ponderada)	a 31.12.2011				em diante	
	efetiva % a.a.						
Debêntures	13,72	342.267	504.049	480.888	455.527	840.400	2.623.131
BNDES Automático	7,98	598.878	60.409	58.687	56.239	494.517	1.268.730
Finame	7,89	8.238	7.391	3.620	409	169	19.827
Leasing	11,65	<u>6.997</u>	<u>7.504</u>	<u>7.504</u>	<u>5.611</u>	<u>2.676</u>	<u>30.292</u>
	-	<u>956.380</u>	<u>579.353</u>	<u>550.699</u>	<u>517.786</u>	<u>1.337.762</u>	<u>3.941.980</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	31.03.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	541.643	73.908	615.551	(56.213)	559.338
Custos	<u>(358.088)</u>	<u>(60.030)</u>	<u>(418.118)</u>	<u>58.966</u>	<u>(359.152)</u>
Lucro bruto	183.555	13.878	197.433	2.753	200.186
Despesas Gerais e Administrativas	(27.285)	(3.866)	(31.151)	(7.254)	(38.405)
Outras (despesas) receitas operacionais	423	-	423	2.247	2.670
Receitas Financeiras	45.135	133	45.268	(8.264)	37.004
Despesas Financeiras	(109.278)	(476)	(109.754)	12.148	(97.606)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	<u>(63)</u>	<u>(63)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	92.550	9.669	102.219	1.567	103.786
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(29.951)	(2.325)	(32.276)	(4)	(32.280)
Diferidos	<u>185</u>	<u>(910)</u>	<u>(725)</u>	<u>4</u>	<u>(721)</u>
Lucro do Exercício	<u>62.784</u>	<u>6.434</u>	<u>69.218</u>	<u>1.567</u>	<u>70.785</u>

Notas Explicativas

	31.03.2010				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	457.804	51.399	509.203	(39.660)	469.543
Custos	<u>(290.463)</u>	<u>(43.140)</u>	<u>(333.603)</u>	<u>43.102</u>	<u>(290.501)</u>
Lucro bruto	167.341	8.259	175.600	3.442	179.042
Despesas Gerais e Administrativas	(29.270)	(2.989)	(32.259)	(4.576)	(36.835)
Outras (despesas) receitas operacionais	325	-	325	1.196	1.521
Receitas Financeiras	16.352	270	16.622	(6.539)	10.083
Despesas Financeiras	(64.399)	(328)	(64.727)	6.034	(58.693)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	<u>(320)</u>	<u>(320)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	90.349	5.212	95.561	(763)	94.798
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(26.444)	(1.881)	(28.325)	(565)	(28.890)
Diferidos	<u>(2.034)</u>	-	<u>(2.034)</u>	<u>(593)</u>	<u>(2.627)</u>
Lucro do Exercício	<u>61.871</u>	<u>3.331</u>	<u>65.202</u>	<u>(1.921)</u>	<u>63.281</u>

b) Balanços por segmento

Ativos	31.03.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Caixas e Equivalentes de Caixa	1.153.324	4.671	1.157.995	79.188	1.237.183
Contas a receber	77.697	2.016	79.713	(2.485)	77.228
Aplicações financeiras vinculadas	35.779	-	35.779	15.951	51.730
Contas a receber partes relacionadas	95.380	25.408	120.788	(120.697)	91
Outros circulantes	<u>41.567</u>	<u>5.158</u>	<u>46.725</u>	<u>(2.759)</u>	<u>43.966</u>
Total circulantes	<u>1.403.747</u>	<u>37.253</u>	<u>1.441.000</u>	<u>(30.802)</u>	<u>1.410.198</u>
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.220	378	91.598	-	91.598
Outros não circulantes	22.359	139	22.498	5.717	28.215
Imobilizado	14.917	29.676	44.593	5.560	50.153
Intangível	3.360.171	10.142	3.370.313	363	3.370.676
Diferido	<u>113.392</u>	-	<u>113.392</u>	<u>(113.392)</u>	-
Total não circulantes	<u>3.958.059</u>	<u>40.335</u>	<u>3.998.394</u>	<u>(457.752)</u>	<u>3.540.642</u>
Total ativos	<u>5.361.806</u>	<u>77.588</u>	<u>5.439.394</u>	<u>(488.554)</u>	<u>4.950.840</u>

Passivos	31.03.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	593.530	4.813	598.343	(23.779)	574.564
Debêntures	298.276	-	298.276	-	298.276
Fornecedores	61.476	11.399	72.875	(12.442)	60.433
Obrigações Sociais e Fiscais	60.199	15.909	76.108	9.254	85.362
Credores pela concessão	60.743	-	60.743	-	60.743
Dividendos Propostos	51.442	-	51.442	17.208	68.650
Outros circulantes	<u>310.147</u>	<u>2.198</u>	<u>312.345</u>	<u>(97.564)</u>	<u>214.781</u>
Total circulantes	<u>1.435.813</u>	<u>34.319</u>	<u>1.470.132</u>	<u>(107.323)</u>	<u>1.362.809</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	704.413	14.955	719.368	(274.001)	445.367
Debêntures	1.436.268	-	1.436.268	-	1.436.268
Credores pela concessão	312.980	-	312.980	-	312.980
Provisão Manutenção /Investimento	185.897	-	185.897	-	185.897
Outros não circulantes	<u>156.539</u>	<u>6.241</u>	<u>162.780</u>	<u>(112.827)</u>	<u>49.953</u>
Total não circulantes	<u>2.796.097</u>	<u>21.196</u>	<u>2.817.293</u>	<u>(386.828)</u>	<u>2.430.465</u>
Patrimônio Líquido	1.129.896	22.073	1.151.969	5.597	1.157.566
Total do passivos	<u>5.361.806</u>	<u>77.588</u>	<u>5.439.394</u>	<u>(488.554)</u>	<u>4.950.840</u>

Notas Explicativas

Ativos	31.12.2010			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixas e Equivalentes de Caixa	1.085.557	5.825	1.091.382	76.906	1.168.288
Contas a receber	92.782	25.437	118.219	(33.791)	84.428
Aplicações financeiras Vinculadas	96.875	-	96.875	-	96.875
Outros circulantes	<u>97.780</u>	<u>4.123</u>	<u>101.903</u>	<u>(63.816)</u>	<u>38.087</u>
Total circulantes	1.372.994	35.385	1.408.379	(20.701)	1.387.678
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.863	1.288	88.151	-	88.151
Outros não circulantes	10.727	63	10.790	5.164	15.954
Imobilizado	14.341	28.097	42.438	5.676	48.114
Intangível	<u>3.271.159</u>	<u>10.068</u>	<u>3.281.227</u>	<u>353</u>	<u>3.281.580</u>
Total não circulantes	3.739.090	39.516	3.778.606	(344.807)	3.433.799
Total ativos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>
31.12.2010					
Passivos	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.016.959	4.864	1.021.823	(83.545)	938.278
Debêntures	296.085	-	296.085	-	296.085
Fornecedores	87.118	9.356	96.474	(25.350)	71.124
Obrigações Sociais e Fiscais	67.055	17.490	84.545	6.709	91.254
Credores pela concessão	59.639	-	59.639	-	59.639
Dividendos Propostos	51.962	-	51.962	16.688	68.650
Outros circulantes	<u>124.455</u>	<u>1.862</u>	<u>126.317</u>	<u>(14.049)</u>	<u>112.268</u>
Total circulantes	1.703.273	33.572	1.736.845	(99.547)	1.637.298
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	443.458	15.300	458.758	(416.000)	42.758
Debêntures	1.511.421	-	1.511.421	-	1.511.421
Credores pela concessão	316.066	-	316.066	-	316.066
Outros não circulantes	<u>213.271</u>	<u>6.390</u>	<u>219.661</u>	<u>7.492</u>	<u>227.153</u>
Total não circulantes	2.484.216	21.690	2.505.906	(408.508)	2.097.398
Patrimônio Líquido	924.595	19.639	944.234	142.547	1.086.781
Total do passivos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

28. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - estaduais</u>			
		<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	15.100	22.309	20.100	22.400
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	80.338	102.700	124.335	114.178

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - federais</u>				
		<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	38.641	62.294	110.096	117.471	89.461

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Planalto Sul

No dia 14 de abril a Sociedade obteve a liberação de parte de do Sub-crédito A no valor de R\$ 24.267 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Régis Bittencourt

Em 28 de abril de 2011, através da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram aumento de capital social no valor de R\$ 37.134, passando o capital social para R\$ 122.927, mediante a capitalização de dividendos mínimos propostos de R\$ 9.050, apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e capitalização de R\$ 28.084, relativo a contratos de mútuos mantidos com a sociedade controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Referido aumento do capital foi aprovado mediante a emissão de 23.954.905 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,55. As ações emitidas serão integralmente subscritas e integralizadas pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o

CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o

CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - IT e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2011.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

Ronaldo Fiorini
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Cysneiros de Moraes
Conselheiro Fiscal

Luiz Péricles Muniz Michielin
Conselheiro Fiscal

José Luiz Montans Anacleto Júnior
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor